

# E, EDITORIAL

---

## A BASE DA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE

A presente edição da Acta Portuguesa de Nutrição, para além dos artigos originais, de revisão e profissionais contém ainda os resumos apresentados ao 26.º Congresso Português de Obesidade.

Da leitura destes artigos e resumos, chamou à atenção o de Catarina Pereira da Silva, acerca do consumo de sal iodado na população dos Açores, mais concretamente da ilha do Faial.

Este estudo tem a sua base em dados da década passada, onde foi verificado um consumo bastante baixo de iodo por parte da população Açoreana. Este dado levou à tomada de medidas por parte das autoridades locais, focando-se na promoção do consumo de sal iodado quer a nível coletivo, em cantinas e estabelecimentos de restauração sob a responsabilidade do governo regional, quer a nível individual, ao nível dos cuidados de saúde primários.

Os dados deste estudo apontam para uma melhoria significativa da situação, pese embora o nível de consumo de sal iodado estar ainda longe do pretendido, o que significa que este conjunto de ações proporcionou, muito provavelmente, um melhor aporte de iodo a uma população reconhecidamente carenciada neste micronutriente.

Seria importante que, também nas restantes regiões Portuguesas se pudesse promover o consumo de sal iodado, uma vez que os estudos pontuais que vêm sendo publicados revelam sistematicamente consumos insuficientes de iodo em franjas alargadas da população, nomeadamente grávidas e aleitantes, cujo consumo deve ser mais alto que na restante população. Embora a Organização Mundial da Saúde (OMS) defenda o consumo universal de sal iodado, esta medida parece ainda longe de poder ser implementada no nosso país, pese embora os já referidos dados de consumo pouco satisfatórios. Mais ainda, um relatório recente da mesma OMS refere claramente que a iodização universal do sal não só é compatível com as necessárias políticas de redução do consumo de sal como é também custo-efetiva, pelo que têm já pouca justificação técnica alguns argumentos contra esta medida anteriormente avançados.

Ao garantir o indispensável rigor no processo de arbitragem de cada manuscrito, a Acta Portuguesa de Nutrição está assim a cumprir o seu desígnio ao publicar artigos que podem e devem ser tidos em conta na elaboração de políticas de saúde em Portugal.

**Nuno Borges**

Diretor da Acta Portuguesa de Nutrição